



ITATIM

LINHAS DE TRANSMISSÃO DO ITATIM S.A.

CNPJ/MF nº 10.559.663/0001-02

Demonstrações
FINANCEIRAS 2018

www.stategrid.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **Linhas de Transmissão do Itatim S.A.** ("Itatim" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2018.

1) A COMPANHIA

A Itatim é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 8 de dezembro de 2008 e estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais em Campo Grande - MS e Goianésia - GO. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Grupo SGBH"), desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:
Extensão de linhas em km: 301
Tensão em kV: 440/230/138
Subestações: 10

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) RECEITA

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 73.510.406 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 e de R\$ 71.464.074 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2018 e 2017 são:

	2018	2017
• Liquidez geral	2,33	2,23
• Liquidez corrente	2,47	2,64
• Relação patrimônio líquido/ativo	50,38%	47,10%
• Relação passivo não circulante/ativo	36,83%	39,55%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	13,41%	17,24%
• Relação lucro operacional/patrimônio líquido	18,85%	21,98%
Ativos totais - R\$	616.277.027	651.515.386
Lucro líquido do exercício - R\$	41.642.625	52.889.782

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e legislações de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto à Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2019

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.078.587	5.846.618	Fornecedores - terceiros	1.475.542	868.364	
Concessionárias e permissionárias	8	6.931.205	6.640.729	Fornecedores - partes relacionadas	23	1.683.269	1.878.820
Contas a receber - partes relacionadas	23	164.375	213.988	Financiamentos - terceiros	10	27.058.000	26.939.388
Adiantamento a fornecedores		893.773	903.365	Impostos e contribuições sociais	11	1.283.516	1.050.871
Impostos a recuperar		4.392.346	6.882.649	Taxas regulamentares	12	4.104.866	3.698.321
Estoques		11.773.966	11.516.953	Dividendos propostos		395.605	857.012
Ativo de concessão (financeiro)	9.1	-	57.943.372	Outros passivos circulantes		1.177.291	669.106
Ativo de concessão (contratual)	9.2	56.225.110	-			37.178.089	35.961.880
Outros ativos circulantes		258.528	216.904				
		91.717.890	90.164.578	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Financiamentos - terceiros	10	161.450.153	186.038.799
Titulos e valores mobiliários	7	21.422.355	20.811.088	Provisão para contingências	13	5.238	
Ativo de concessão (financeiro)	9.1	-	536.555.379	Impostos diferidos	14	48.206.194	50.976.329
Ativo de concessão (contratual)	9.2	498.935.983	-	Outros passivos não circulantes	15	17.290.733	18.810.341
Outros ativos não circulantes		1.740.035	2.805.702		16	261.360.000	261.360.000
Imobilizado		2.460.764	1.150.785	Capital social		83.335.491	92.999.039
Intangível		-	27.854	Retenção de lucros		7.451.129	5.368.998
		524.559.137	561.350.888	Reserva legal		7.451.129	5.368.998
		616.277.027	651.515.386			352.146.620	359.728.037
Total do ativo				Total do passivo e do patrimônio líquido		616.277.027	651.515.386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	17	75.481.920	82.860.106
Custo da operação	18	(9.053.771)	(9.899.846)
Lucro bruto		66.428.149	72.960.260
Despesas gerais e administrativas	19	(7.438.689)	(5.411.938)
Outras receitas operacionais líquidas		(463.401)	(114.646)
Lucro antes do resultado financeiro		58.526.059	67.433.677
Resultado financeiro	20	(13.712.428)	(16.872.122)
Receita financeira		2.176.897	3.348.355
Despesa financeira		(15.889.325)	(20.220.477)
Resultado antes dos impostos		44.813.631	50.561.555
Imposto de renda e contribuição social	21	(3.171.006)	2.328.227
Lucro líquido do exercício		41.642.625	52.889.782

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	41.642.625	52.889.782
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	41.642.625	52.889.782

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	44.813.631	50.561.555
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos financiamentos	15.633.850	19.321.834
Depreciação e amortização	(342.387)	(371.974)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(671.900)	626.926
Provisão para contingências	5.238	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	381.424	435.961
Contas a receber - partes relacionadas	49.613	(193.857)
Ativo de concessão (financeiro)	-	(24.490.812)
Ativo de concessão (contratual)	(11.042.486)	-
Estoques	(257.013)	488.909
Impostos a recuperar	2.490.303	(6.186.245)
Adiantamentos a fornecedores	9.593	339.041
Outros ativos	1.024.041	(94.138)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	411.628	1.812.057
Tributos e contribuições sociais	(3.526.290)	5.374.901
Impostos pagos	(630.498)	(6.858.278)
Juros pagos	(15.215.246)	(16.805.526)
Taxas regulamentares	406.545	430.129
Outros passivos	(498.979)	1.903
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	33.041.068	24.392.386
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Titulos e valores mobiliários	(611.266)	1.596.750
Aquisição/baixa de imobilizado e intangível	(1.452.184)	(887.331)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(2.063.450)	709.419
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos captados	1.387.451	-
Financiamentos pagos	(26.276.088)	(26.121.538)
Dividendos pagos	(857.012)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(25.745.649)	(26.121.538)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	5.231.969	(1.019.734)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.846.618	6.866.352
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	11.078.587	5.846.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

3.5. Ativo imobilizado: Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6. Ativo intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de

continua

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Lucro (Prejuízo) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	261.360.000	2.724.509	43.256.198	307.340.707
Lucro líquido do exercício	-	-	52.889.782	52.889.782
Constituição da reserva legal	-	2.644.489	(2.644.489)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	49.742.841	(49.742.841)
Dividendos propostos	-	-	(502.452)	(502.452)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	261.360.000	5.368.998	92.999.039	359.728.037
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018	-	-	(48.828.437)	(48.828.437)
Absorção do prejuízo	-	-	48.828.435	48.828.435
Lucro líquido do exercício	-	-	41.642.625	41.642.625
Constituição da reserva legal	-	2.082.131	(2.082.131)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	(39.164.887)	(39.164.887)
Dividendos propostos	-	-	(395.605)	(395.605)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	261.360.000	7.451.129	83.335.491	352.146.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 8 de dezembro de 2008 e estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais em Campo Grande - MS e Goianésia - GO. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Grupo SGBH"). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia tem por objeto social: (i) explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor; e (ii) prestar serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão: As atividades da Companhia estão reguladas pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 007/2009, firmado com a ANEEL em 23 de abril de 2009, com prazo de 30 anos. Os equipamentos e instalações relativos ao Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) e ao Interesse Exclusivo e Caráter Individual de Centrais de Geração (IEG) deverão ser transferidos à concessionária de distribuição local, sem ônus, em 1º de julho de 2015, excetuados os transformadores integrantes das ICG e suas conexões. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 31.334.170 (valor histórico). A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato. A RAP será corrigida anualmente, no mês de julho de cada exercício, com base na variação anual do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato. Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 71.464.074 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018. Em 26 de junho de 2018 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 73.510.406 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 18 de Março de 2019. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço

patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCS) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICP 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICP 01/FRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não



ITATIM

LINHAS DE TRANSMISSÃO DO ITATIM S.A.

CNPJ/MF nº 10.559.663/0001-02

Demonstrações
FINANCEIRAS 2018

www.stategrid.com.br

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.
3.8. Impostos: Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na receita tributada de acordo com as regras fiscais. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.11. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13. Receita operacional: As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.14. Instrumentos financeiros: A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos do principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, com regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes: A Companhia adotou o CPC 47 usando método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado. A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.4 concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionada ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o contas a receber da implementação da infraestrutura. Até então classificado como ativo financeiro, e cujo o saldo totalizava R\$ 594.498.751 em 1º de janeiro de 2018, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$ 555.161.093. A diferença nos critérios de mensuração no montante de R\$ (48.828.144) foi contabilizada diretamente em prejuízos acumulados, líquido dos efeitos tributários. A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

Ref.	Impacto da adoção do CPC 47 em 1 de janeiro de 2018	
Prejuízos acumulados		
Ativo contratual	(i)	(50.380.144)
Impostos diferidos relacionados		1.551.707
Impacto em 1 de janeiro de 2018		(48.828.437)

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC 47 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste exercício em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	2018 Ref.	2018	2018
(Valores sem a adoção do CPC 47)			(Conforme Ajustes apresentado)
Ativo			
Ativo circulante			
Ativo de concessão (financeiro)	56.272.903	(i) (56.272.903)	-
Ativo de concessão (contratual)	-	(i) 56.225.110	56.225.110
Demais ativos circulantes não impactados	35.492.780		35.492.780
91.765.683		(47.793)	91.717.890

	2018 Ref.	2018	2018
(Valores sem a adoção do CPC 47)			(Conforme Ajustes apresentado)
Ativo não circulante			
Ativo de concessão (financeiro)	548.821.405	(i) (548.821.405)	-
Ativo de concessão (contratual)	-	(i) 498.935.983	498.935.983
Demais ativos não circulantes não impactados	25.623.154		25.623.154
574.444.559		(49.885.422)	524.559.137
666.210.242		(49.933.215)	616.277.027

	2018 Ref.	2018	2018
(Valores sem a adoção do CPC 47)			(Conforme Ajustes apresentado)
Passivo			
Passivo circulante			
Dividendos propostos	391.490	(iv)	4.115
Total do passivo circulante	36.782.484		36.782.484
37.173.974		4.115	37.178.089

	2018 Ref.	2018	2018
(Valores sem a adoção do CPC 47)			(Conforme Ajustes apresentado)
Passivo não circulante			
Impostos diferidos	49.744.137	(ii)	(1.537.943)
Demais passivos não circulantes não impactados	178.746.124		178.746.124
228.490.261		(1.537.943)	226.952.318

	2018 Ref.	2018	2018
(Valores sem a adoção do CPC 47)			(Conforme Ajustes apresentado)
Patrimônio líquido			
Demais itens do patrimônio líquido não impactados	261.360.000		261.360.000
Retenção de lucros	131.756.536	(iii)	(48.421.045)
Reserva legal	7.429.471	(iii)	21.658
400.546.007		(48.399.387)	352.146.620

	2018 Ref.	2018	2018
(Valores sem a adoção do CPC 47)			(Conforme Ajustes apresentado)
Total do passivo e do patrimônio líquido			
666.210.242		(49.933.215)	616.277.027

Receita operacional líquida Outros
Imposto de renda e contribuição social
Lucro líquido do exercício
(i) Implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; **(ii)** Impacto dos impostos diferidos sobre a adoção do ativo contratual; **(iii)** Efeitos dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido; **(iv)** Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício. **4.2. Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A Companhia adotou, sem efeitos relevantes, a nova norma e com base no advento da adoção inicial simplificada, utilizou-se da isenção de não apresentação de informações comparativas dos períodos anteriores.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS, MAS AINDA NÃO VIGENTES

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019: CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1). A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2). Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia. Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Bancos	162.876	3.281.652
Aplicações financeiras	10.915.711	2.564.966
11.078.587		5.846.618

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018	2017
Conta reserva - financiamento	21.422.355	20.811.088
21.422.355		20.811.088

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 10). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal e juros. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	2018	2017
A vencer	6.461.771	6.019.450
Vencidas até 30 dias	73.875	43.841
Vencidas até 60 dias	1.178	1.518
Vencidas até 90 dias	4.113	4.357
Vencidas há mais de 90 dias	860.267	1.713.462
	7.401.204	7.782.628
PCLD	(469.999)	(1.141.899)
6.931.205		6.640.729

Em função do giro das concessionárias e permissionárias em curtíssimo prazo, a Administração constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	(1.141.899)	(514.973)
Reversão de provisão	671.900	-
Adição de provisão	-	(626.926)
Saldo em 31 de dezembro	(469.999)	(1.141.899)

9. ATIVO DE CONCESSÃO

	2018	2017
Circulante	-	57.943.372
Não circulante	-	536.555.379
	-	594.498.751

Saldo em 31 de janeiro de 2017 Adoção inicial CPC 47 (transferência para ativo contratual) (i) (594.498.751)
Saldo em 01 de janeiro de 2018 -

(i) Os saldos referentes aos ativos financeiros da Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2018, passaram a ser reconhecidos no balanço como ativo de concessão contratual, conforme detalhado na nota 9.2.

9.2. Ativo de concessão (contratual): Segue composição do ativo de concessão contratual: A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:
Adoção inicial CPC 47 (transferência do ativo financeiro) 594.498.751
Adoção inicial CPC 47 (Impacto nos impostos diferidos relacionados) (1.551.707)
Adoção inicial CPC 47 (impacto no patrimônio líquido) (48.828.437)
Saldo em 01 de janeiro de 2018 544.118.607
Realização e remuneração do ativo contratual 11.042.486
Saldo em 31 de dezembro de 2018 555.161.093
Circulante 56.225.110
Não circulante 498.935.983

Conforme mencionado na nota explicativa 3.4, a Companhia adotou o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. O impacto da adoção inicial resultou no registro de R\$ 50.380.144 com redução no ativo contratual em contrapartida ao patrimônio líquido. A Companhia não identificou necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo contratual em 31 de dezembro de 2018.

10. FINANCIAMENTOS

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantias	Encargos	2018	2017
BNDES - TJLP +						
Subcrédito A	12/2012	04/2027	(i)	2,74% a.a.	158.822.163	177.346.768
BNDES - Subcrédito B	12/2012	10/2022	(i)	2,5% a.a.	28.111.277	35.425.371
BNDES - Subcrédito C	09/2014	04/2027	(i)	TJLP	1.574.713	206.048
					188.508.153	212.978.187
Circulante					27.058.000	26.939.388
Não circulante					161.450.153	186.038.799
					188.508.153	212.978.187

Em 27 de novembro de 2012 a Companhia assinou um contrato de financiamento mediante abertura de crédito destinado à implantação de linhas de transmissão. O financiamento está dividido em subcréditos, detalhados a seguir: **BNDES - Direto - Moeda nacional - Subcréditos A e B:** Nos valores originais de R\$251.128.800, R\$68.236.900, respectivamente, providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 2,74% e 2,5% ao ano respectivamente, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é 168 e 114 meses respectivamente, com início em 15 de maio de 2013 e término em 15 de abril de 2027 e 15 de outubro de 2022 respectivamente. **BNDES - Direto - Moeda nacional - Subcrédito C:** O Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES da Itatim no valor de R\$1.604.900, remunerado pela TJLP, deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através dos projetos Maré do Amanhã e Projeto Casa Abrigo Criança Cidadã, com orçamento previsto de R\$1,3 milhão e R\$397 mil, respectivamente. Para esses projetos houve a realização de R\$1.697.122 até 31 de dezembro de 2018. O prazo de amortização é de 150 meses, com início em 15 de novembro de 2014 e término em 15 de abril de 2027. (i) Segue relação das garantias do contrato: • Cessão de direitos emergentes do contrato de concessão. • Penhor dado por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia. • Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

	Amortização
2020	26.782.226
2021	26.964.254
2022	25.927.711
2023 - 2027	81.775.962
	161.450.153

c) **Covenants:** De acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender ao fluxo de caixa para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de pagamentos de juros e amortizações de principal no período superior ou igual a 1,30 vezes. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia atingiu os índices propostos. Abaixo está o cálculo do índice para 2018: (Valores em milhares de reais, exceto pelo índice calculado)

A) Geração de caixa da atividade	54.172
(+) Caixa do período anterior	5.847
(+) LAJIDA (EBITDA)	48.955
(-) Imposto de renda	(412)
(-) Contribuição social	(218)
B) Serviço da dívida	41.491
(+) Amortização de principal	26.276
(+) Pagamento de juros	15.215
C) Índice de cobertura do serviço da dívida = (A)/(B)	1,30
Índice de cobertura do serviço da dívida contratual	1,30
O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:	
(+) Lucro antes do imposto de renda	48.955



ITATIM

LINHAS DE TRANSMISSÃO DO ITATIM S.A.

CNPJ/MF nº 10.559.663/0001-02

Demonstrações
FINANCEIRAS 2018

www.stategrid.com.br

continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2018	2017
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	466.842	352.517
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	241.272	225.777
Programa de integração social (PIS)	31.085	30.106
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	143.468	142.488
Outros	400.849	299.983
	1.283.516	1.050.871

12. TAXAS REGULAMENTARES

	2018	2017
Reserva global de reversão (RGR) (i)	1.251.944	1.230.672
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (ii)	334.478	2.134.147
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	2.518.444	333.502
	4.104.866	3.698.321

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhorias do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme Art. 20 da Lei nº 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 2.410, de 1997 pela ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 179.539,81. (ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.578 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 22.892,72. (iii) P&D: Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2018	2017
Trabalhista	5.238	-
	5.238	-

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	2018	2017
Fiscal	28.715.578	27.464.010
	28.715.578	27.464.010

14. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	2018	2017
Impostos diferidos passivos (i)	48.206.194	50.976.329
	48.206.194	50.976.329

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

15. OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

	2018	2017
Obrigações especiais (i)	17.290.733	17.803.178
Outras provisões passivas	-	1.007.163
	17.290.733	18.810.341

(i) Recebimento antecipado pelas centrais geradoras para o custeio de aquisição de instalações de transmissão de interesse exclusivo.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 261.360.000, dividido em 261.360.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2018 e 2017
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) **Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	41.642.625	52.889.782
Reserva legal (5%)	(2.082.131)	(2.644.489)
Base de cálculo para os dividendos	39.560.494	50.245.293
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	395.605	502.452

Em 12 de julho de 2018 a Administração pagou R\$ 857.012 decorrente de dividendos provisionados.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2018	2017
Receita operacional bruta	79.588.083	86.696.908
Receita de operação e manutenção	15.250.451	12.866.945
Remuneração do ativo concessão	64.337.632	73.829.963
Deduções da receita operacional	(4.106.162)	(3.836.802)
PIS (corrente e diferido)	(167.999)	(242.825)
COFINS (corrente e diferida)	(775.380)	(1.120.733)
RGR	(2.026.841)	(1.555.422)
P&D	(629.469)	(475.077)
CDE	(181.443)	(138.366)
TFSEE	(268.858)	(263.949)
PROINFA	(56.173)	(40.430)
	75.481.920	82.860.106

18. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2018	2017
Pessoal	(4.468.488)	(3.908.320)
Material	(130.529)	(233.511)
Serviços de terceiros	(2.086.679)	(1.950.926)
Tributos	(69.054)	(9.224)
Arrendamentos e aluguéis	(43.792)	(34.323)
Custo de operação e manutenção	(1.242.009)	(2.444.838)
Gastos diversos (i)	(1.437.679)	(1.747.107)
Outras	424.459	428.404
	(9.053.771)	(9.899.845)

(i) Grupo de contas gastos diversos de acordo com o plano de contas da ANEEL. Os maiores impactos são de serviços de telecomunicação e CCI sem receita atrelada.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Pessoal	(6.466.484)	(3.712.187)
Serviços de terceiros	(454.663)	(381.150)
Arrendamentos e aluguéis	(88.411)	(98.663)
Provisão	666.855	(626.926)
Tributos	(2.329)	(4.085)
Depreciação e amortização	(33.614)	(44.357)
Doações	(580.398)	-
Outros	(479.645)	(544.570)
	(7.438.689)	(5.411.938)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Receita financeira	2.176.897	3.348.355
Receitas de aplicações financeiras	1.360.026	2.069.563
Outras receitas financeiras	816.871	1.278.792
Despesa financeira	(15.889.325)	(20.220.477)
Juros sobre financiamentos	(15.103.097)	(16.710.334)
Variação monetária	(530.751)	(2.611.499)
Outras despesas financeiras	(255.477)	(898.644)
	(13.712.428)	(16.872.122)

21. BASE DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	2018	2017
Receitas brutas	79.725.296	86.899.163
Base de cálculo (8%)	6.378.024	6.951.933
Outras receitas	2.188.150	3.348.645
Base de cálculo	8.566.174	10.300.578
IR devido	(1.894.216)	7.219.674
(+) IR diferido/Outros	(220.850)	(5.138.471)
Total de IRPJ	(2.115.066)	2.081.203
	2018	2017
Receitas brutas	79.725.296	86.899.163
Base de cálculo (12%)	9.567.035	10.427.900
Outras receitas	2.188.151	3.348.645
Base de cálculo	11.755.186	13.776.545
CSLL devida	(936.681)	2.185.040
(+) CSLL diferida/Outros	(119.259)	(1.938.016)
Total de CSLL	(1.055.940)	247.024
Total de IRPJ/CSLL	(3.171.006)	2.328.227

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.078.587	5.846.618
Títulos e valores mobiliários	7	21.422.355	20.811.088
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2018	2017
Contas a receber - partes relacionadas	23	164.375	213.988
Concessionárias e permissionárias	8	6.931.205	6.640.729
Ativo de concessão (financeiro)	9.1	-	594.498.751
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2018	2017
Financiamentos	10	188.508.153	212.978.187
Fornecedores - terceiros		1.475.542	868.364
Fornecedores - partes relacionadas	22	1.683.269	1.878.820

22.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia estão não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custo e investimento da Companhia.

23. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

23.1. Ativo

	2018	2017
Contas a receber - partes relacionadas	164.375	213.988
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL (i)	139.913	185.155
Outros	24.462	28.833

23.2. Passivo

	2018	2017
Fornecedores - partes relacionadas	1.683.269	1.878.820
Aluguel (ii)	5.772	5.796
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL (i)	1.664.134	1.856.874
Outros	13.363	16.150

23.3. Resultado

	2018	2017
Resultado - partes relacionadas	(6.354.212)	(3.485.190)
Despesa aluguel (ii)	(69.309)	(68.961)
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL (i)	(6.284.903)	(3.416.229)

(i) Em setembro de 2017, visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas. (ii) Saldo referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

24. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme a seguir:

Ativo	Tipo de cobertura	2018	2017
Responsabilidade civil	Risco civil	715.849	759.585
Seguro patrimonial	Risco operacional	89.384.015	89.384.015
Veículos	Carrros	328.315	328.315
		90.428.179	90.471.915

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Controladora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Linhas de Transmissão do Itatim S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Adoção ao CPC 47 - Receita de contrato com cliente

Chamamos a atenção para a nota 4.1 às demonstrações financeiras, que descreve os impactos relacionados à adoção do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, sendo os principais efeitos o reconhecimento de um ativo de contrato (anteriormente classificado como ativo financeiro) no montante de R\$555.161.093 mil e ajuste ao prejuízo acumulado no montante de R\$48.828.437 mil. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.